

Pro-Vimaranense

ÓRGÃO E PROPRIEDADE DA SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE GUIMARÃES
PUBLICAÇÃO TRI-MENSAL

1.º ANO — 3.ª Série
NÚMERO 9

Director e editor: José Pinto Rodrigues ■ Administrador: Armando Andrade
Guimarães, 10 de Julho de 1930

Redacção e Adm.: P. D. AF. HENRIQUES, 11.
Comp. e imp.: TIP. MINERVA VIMARANENSE

É natural que, ao verem a insistência com que pugnamos pela construção de um teatro, certos cavalheiros, cheios de gravidade e ponderação, dest'arte reflitam: "Mas teatro para quê? Os tempos estão péssimos. A vida pela hora da morte. E tantas coisas para fazer, tantas... etc., etc.,..."

Já ouvimos destas jeremias das vezes sem conta.

Vejamos, porém, se tais obser-

O esforço de todos

Os municípios — melhor dizendo, muitos municípios... — tem desenvolvido uma acção digna do maior louvor, alindando as terras que administram, dotando-as de comodidades, civilizando-as, numa palavra. Por

Todos sabemos qual é a resposta...

* * *

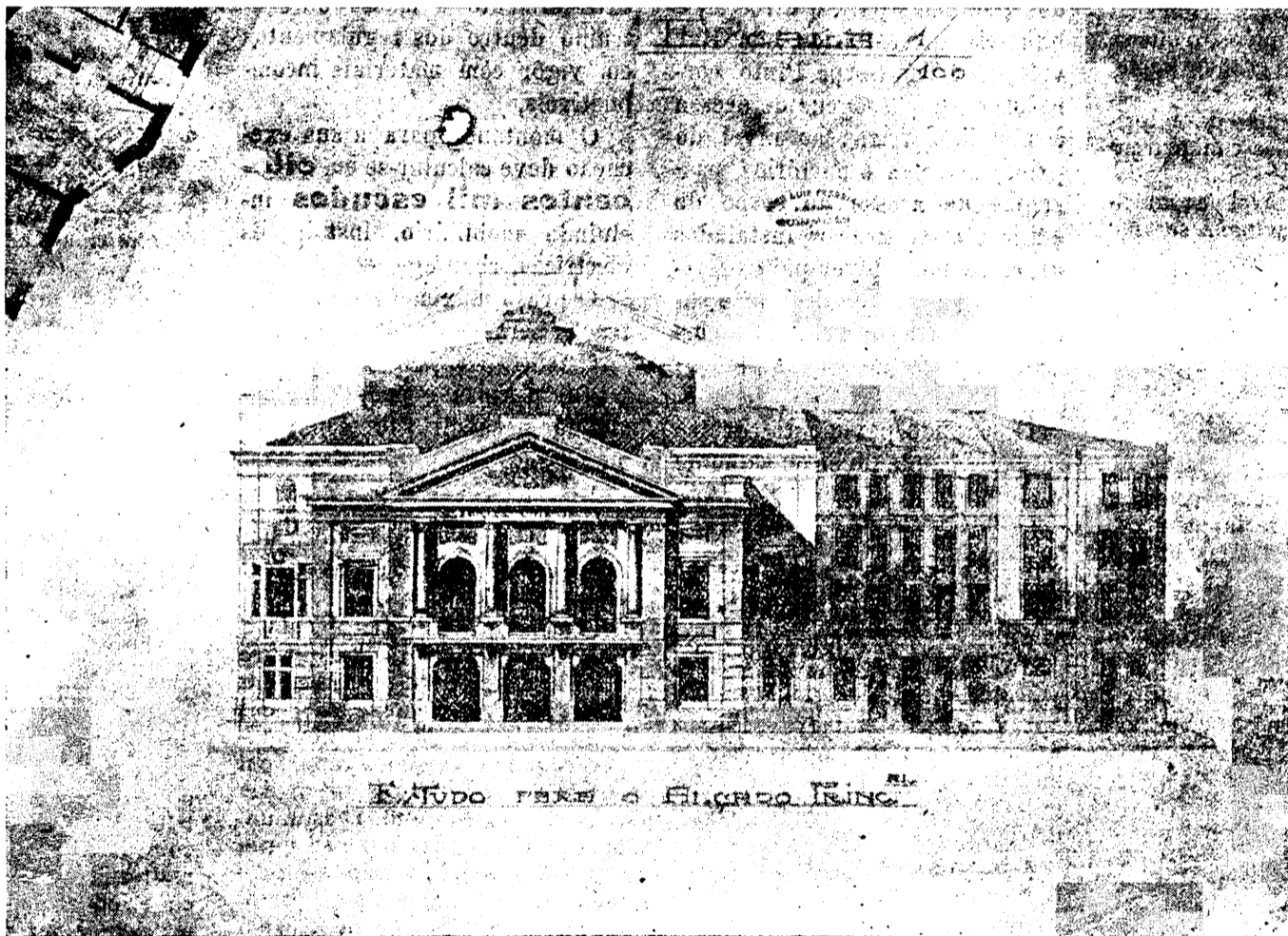
Um dos nossos piores males, digamos, o pior de todos, é, em primeiro lugar, o alheamento em

à evidência que possuímos ainda belas e nobres qualidades.

* * *

Procura-se efectivar uma iniciativa que a todos, sem excepção, é, com certeza, simpática, uma iniciativa que, sendo aspiração de há muitos anos, corresponde a uma das nossas mais urgentes e indiscutíveis necessidades.

Que melhor momento para



vações podem constituir argumento sério.

Com o fim da guerra começou para quasi todos os povos uma época de grandes sacrificios. O nosso tem, talvez mais do que qualquer outro, suportado e sentido bem o peso desses sacrificios. São coisas que toda a gente sabe.

Pois bem, é precisamente nesta época que começa em todos os povos uma era de profunda transformação.

E o que se vê no nosso?

No nosso país (à parte, é claro, os aspectos políticos, que não veem para o caso) há dez anos que vimos assistindo a uma cada vez mais intensa febre de renovação,

seu turno a iniciativa particular tem também feito grandes coisas.

Lisboa progrediu nestes dez últimos anos de uma maneira extraordinária. É hoje uma lindíssima cidade, moderna, arejada, cheia de atractivos. O Porto tem feito igualmente progressos muito sensíveis. E se olharmos para bem perto de nós, que vimos? Vimos que tanto os municípios como os particulares procuram melhorar, engrandecer, civilizar as suas terras.

E nós?

Nós é o que se vê. Pondo de lado a acção municipal, que a este propósito não tem que ser avaliada, perguntemos: — o que tem feito a iniciativa particular?

que vivemos, esta separação que se nota entre todos nós, arredados uns dos outros como se nos dividisse um regime de castas ou cousa semelhante. O vimaranense, em regra, não convive, — isola-se.

Em segundo lugar, temos o mal da desconfiança. "Fulano anda a tratar disto assim assim? Hum, não anda metido nisso por bom. Ali ou há política ou o homem quer arranjar-se, etc., etc.,..."

Depois, o indiferentismo.

Depois...

Parêmos por aqui. Confessêmos os nossos defeitos e penitenciêmo-nos deles. O que é necessário agora, é mostrarmos

mostrarmos o que podemos e o que valemos?

Que melhor oportunidade para nos unirmos, para nos juntarmos, colaborando todos, esforçando-nos todos por obter o triunfo, ligados pelo mesmo pensamento, pela mesma aspiração?

* * *

Está, de certa maneira, o nosso bom nome e a nossa dignidade de vimaranenses em jôgo. Pois não seremos capazes de fazer o que tantos outros, com menos condições de triunfo, tem feito? Pois continuaremos a ser isolados, desconfiados, indiferentes?

A construção do Teatro tem de ser obra de todos nós. A colectividade de que este jornal

Ecos. Notícias. Comentários.

Acabamos de receber a notícia do falecimento de Olegário Machado, que vai assim dêste mundo na idade em que tudo são aspirações formosas, sonhos bons de sonhar, ilusões cheias de encantamento.

Tendo perdido, há cerca de um ano, o pai, depressa foi juntar-se-lhe. O pai era um homem justo e digno, êle era um môço dotado das mais nobres qualidades. Quem escreve estas linhas conhecia-o bem, e, por isso, chora agora, sentidamente, a pêrda do lial e bom amigo.

*

A semana finda deixou um rastro de sangue. Desastres. Desordens sangrentas.

Lamentamos os primeiros. Replitamos um pouco sôbre as segundas.

Há na nossa terra (já por vezes puzemos em foco esta chaga) uma forma exquisita de vâdios e mariolões atrevidos, provocadores, desordeiros. Não está longe de ser vítima dêles qualquer pessoa de bem. Até hoje os seus instintos perversos não teem sido devidamente reprimidos, o que se deve também em grande parte, digamo-lo com tãda a franqueza, ao facto de os agentes da autoridade nem sempre se conduzirem como devem.

Teria o lamentável acontecimento da última semana servido de ensinamento?

Vê-lo-hemos...

*

Muito concorrida a romaria grande de S. Torcato. O bom tempo trouxe os forasteiros. As camionettes tiveram no S. Torcato o seu S. Miguel... Continuamente, incessantemente rolaram de cá para lá e de lá para cá. Quantitativo das esmoladas ofertadas — quarenta contos, pouco mais ou menos. Ótimo serviço de policiamento. Desordens sem importância.

*

A Câmara acusa o sr. concessionário. O sr. concessionário alega que a culpa não é dêle. Dize tu, direi eu.

E o povinho que diz?

Que está às escuras, e já não é pouco...

*

Podemos afirmar, porque a isso nos autoriza quem pode fazê-lo, que teem tido o melhor acolhimento por parte de algumas das mais cotadas individualidades vimaranenses, as demarches preparatórias da grande reunião a realizar, dentro de pouco tempo, para se assentarem as bases sôbre que há-de ser levada a efeito a iniciativa do teatro.

é órgão não deseja, não quer enfeitar-se com penas de pavão. Limitou-se a fazer reviver a velha aspiração. Por nosso intermédio propagandeia-a e exalta-a. O esforço de todos é que terá de fazer o resto, — mas o esforço de todos.

Este número foi visado pela comissão de censura

Memória descritiva do ante-projecto para a construção de um Teatro em Guimarães

O edificio do teatro seria construído no gavêto das ruas de Serpa Pinto e rua n.º 1, ficando a sua fachada principal voltada à praça ou largo onde estão sendo construídos os novos Paços do Concelho.

A sua área mede aproximadamente 1.300 metros quadrados, sendo suficiente para a distribuição de todos os serviços necessários a um edificio desta natureza. Constará de quatro pavimentos.

O primeiro pavimento ou rez-do-chão, além da plateia com dois promenoires laterais e espaço reservado à orquestra, constará das seguintes dependências: vestibulo, destinado às aglomerações do público, tendo aos lados gabinetes para a direcção e bilheteiras, vestiários, um Bar voltado à rua Serpa Pinto, corredores ou passagens de acesso à plateia e frizas ao nível do palco, retretes e mictórios, passagem de acesso ao corpo do edificio onde ficarão instalados os camarins e foyer para os artistas, que terá também uma entrada directa da rua. Dos corredores partirão escadas para as galerias do quarto pavimento.

O segundo pavimento constará de: grande foyer ou salão de

festas, galeria de entrada para este salão, corredor de acesso aos camarotes de primeira ordem, uma sala de fumo com saída para um extenso terraço ou varanda voltado à rua de Serpa Pinto, uma sala para empregados do teatro e, ao fundo do corredor, toilette para senhoras e mictórios para homens.

O terceiro pavimento comportará os camarotes de segunda ordem com o respectivo corredor de acesso.

O quarto pavimento comportará as galerias ou geral, com bancadas próprias, retretes com mictórios isolados, e as dependências necessárias para a habitação do guarda do teatro.

Todo o edificio será revestido exteriormente a massa e construído dentro dos regulamentos em vigôr com materiais incombustíveis.

O montante para a sua execução deve calcular-se em **oitocentos mil escudos** incluindo mobiliário, instalações electricas, chafage, etc.

O praso máximo da sua construção será de dezoito meses.

O teatro comportará cerca de 1.200 pessoas e poderá, se assim fôr necessário funcionar como circo.

DAS PALAVRAS AOS FACTOS

Tem-se perdido muito tempo em discussões inúteis e as mais das vezes disparatadas sôbre a forma melhor de impulsionar as iniciativas que signifiquem progresso e engrandecimento de Guimarães.

Mas, passados os primeiros momentos da acalorada discussão, desaparecidos os alvitres, as sugestões, as ideias que parecem mais rasoáveis, tudo se recolhe, se retrai, se desinteressa, e nada se faz.

Depois, cada qual, vai sacudindo o mais apressadamente possível «a água do capote», e as desculpas surgem, porque A não auxiliou, porque B nunca se interessou, porque a Câmara não deu dinheiro, etc.

Ora, numa terra como a nossa, podia fazer-se muita coisa sem ter de se mendigar o subsidio da Câmara. Porque, em verdade, com as novas reformas, a Câmara ficará com os seus recursos muito reduzidos. Além disso devemos deixar para o Município o que de direito lhe compete fazer, e há muita coisa em que a Câmara poderá e deverá empregar as suas receitas com proveito não só para a cidade como também para o concelho. Porque, às Câmaras, não compete sômente tratar do embelezamento da cidade. Elas teem que procurar, também,

melhorar as condições das nossas despresadas freguesias.

Uma coisa há, por exemplo, que os habitantes da nossa terra podem e devem fazer: — cuidar do aceio e da hygiene das ruas onde residem. Não se deve esperar que a vassoura municipal surja. Deve-se evitar fazer das ruas vasadouro de tãdas as imundícies. E há ruas onde se torna impossível passar, não só pelo mau cheiro que exalam, como, também, pelo perigo de se apanhar algum indesejável banho de água suja que, sem a mais leve sem-cerimônia, se lança para a rua.

A iniciativa particular devia fazer muita coisa de aproveitável numa terra como a nossa em que tanto dinheiro se ganha com proveito e tanto se esbanja inutilmente. As emprêsas fabris, por exemplo, que são as que melhores proveitos recolhem, deviam interessar-se por melhorar a situação dos trabalhadores, construindo bairros aseados e higienicos. Ao mesmo tempo que se ia fazendo o alargamento da cidade, criavam-se novos meios de vida para os operários, dispensava-se-lhes um pouco de carinho, de conforto, de bem estar a que teem incontestável direito.

Durante algum tempo — durante muitos anos — as nossas casas de caridade estavam prósperas, viviam com desafôgo. Ainda a indústria e o comércio não tinham o desenvolvimento e os recursos

O 1.º trimestre do nosso jornal

Completa-se com êste número o primeiro trimestre desta fase do nosso jornal. Apesar de algumas, poucas, más vontades, a sua vida está plenamente assegurada.

Não é ainda, está mesmo longe de ser, aquilo que desejaríamos. Muito há ainda a fazer. Tal como está, porém, cremos que em nada nos envergonha.

Que provas temos dado durante estes três meses?

Estas, que já não são poucas: — as de que outro objectivo nos não norteia que não seja o de bem servir a nossa terra, contribuindo, quanto em nossas fôrças caiba, para o seu desenvolvimento e progresso.

Dissemos no nosso primeiro número: — Nada de política! Temos cumprido religiosamente o que sob êste ponto de vista prometemos. Política tem-se feito nestas colunas, e muita: — a política regional, aquela política em que todos, mas todos, somos correligionários.

Dissemos também, ao apresentarmos-nos: Vimos pôr tãda a nossa actividade, tãda a nossa intelligência ao serviço desta causa nobilissima — a união de todos os vimaranenses em face do bem comum, das comuns aspirações e necessidades. Esta promessa, como tãdas as outras, igualmente a temos cumprido.

E' por estes motivos que, ao revermos a nossa obra de três meses já passados, nos sentimos orgulhosos e felizes.

Temos cumprido com dignidade o nosso dever!

Falta de espaço

A' última hora fomos forçados a retirar muito original e todos os anúncios facto de que pedimos desculpa aos nossos illustres colaboradores e presados assinantes.

de que hoje dispõem. Pois, agora, os Asilos, a Crehe, os Hospitais, tãdas estas simpáticas e beneméritas instituições, lutam com falta de recursos, teem de restringir a sua obra de assistência e, consequentemente, a miséria é cada vez maior, é cada vez mais desesperada, é cada vez mais assustadora.

Não tenhamos ilusões. A nossa terra não se embeleza, não progride, não se desenvolve porque os endinheirados não querem. Vejamos como outras terras de mais pequena importância teem levado muito longe os seus progressos. Nós temos, bem perto de nós, duas vilas muito aseadas e prósperas. Porquê? Porque os seus naturais não perdem o tempo em discussões inúteis e disparatadas. Trabalham pelo engrandecimento da terra que lhes serviu de bêrço.

Nós, aqui, falamos muito de bairrismo, dizemos que o progresso e a vida de Guimarães «é tãda a nossa aspiração», mas não nos resolvemos a passar das palavras enganadoras aos factos positivos.

Vilaflor.

Lêde e propagai o "PRO-VIMARANE",

UM NOVO TEATRO EM GUIMARÃES?

Entrevista com o Sr. João Teixeira de Aguiar.

A iniciativa da construção do Teatro é perfeitamente realizável

A publicação desta entrevista, que, de resto, está longe de traduzir com matemática exactidão a conversa havida entre o improvisado jornalista e o entrevistado, apesar de anunciada há já bastante tempo, foi, por circunstâncias várias, mas tôdas imperiosas, posta de parte durante números sucessivos, com grande mágoa nossa e dos nossos leitores, ansiosos por a conhecer.

E' agora o momento oportuno de cumprir a promessa feita a quem nos lê. E a oportunidade provém do facto de, presentemente, se poder e dever acalentar a maior e mais fundada esperança de que será, um dia que não vem longe, realidade admirável aquilo que, até há pouco, não era mais do que um sonho agradabilíssimo.

Como surgiu a ideia da entrevista

— Como noutra lugar se diz, a ideia ou iniciativa da construção de um Teatro nesta cidade não é de agora. Agitada recentemente por uma colectividade cujos objectivos visam a propaganda e defesa de Guimarães, essa ideia reviveu, mas, desta vez, com o ambiente próprio para desenvolver-se, por isso que foi acolhida com entusiasmo por grande parte, pela grande maioria dos vimaranenses.

Quando cogitavamos na melhor maneira de estabelecer o plano de combate em prol desta magnífica iniciativa, o acaso favoreceu-nos, dando-nos a conhecer, por meio de conversa com um amigo comum, que havia um conterrâneo nosso, dos mais ilustres e dos mais bairristas, que, antes ainda de nós, manifestara por vezes o seu grande desejo de vêr Guimarães dotada de um teatro decente, de um teatro que a não envergonhasse. Este nosso conterrâneo, dissera-nos o referido amigo, não deixaria de empregar todo o esforço da sua extraordinária actividade para conseguir vêr efectivado esse sonho.

Singular coincidência.

... Ora esse nosso conterrâneo era João Teixeira de Aguiar. A entrevista impunha-se — e a entrevista fez-se...

Quem é o nosso entrevistado

— João Teixeira de Aguiar, nome de prestígio sólido nos meios da alta finança, não será, talvez, conhecido de muitos dos nossos leitores. Duas razões contribuíram para isso: — a sua ausência de muitos anos, a maior parte deles passados no estrangeiro, e a sua extrema modéstia.

A sua vida é a vida de um lutador, de um lutador que triunfou das dificuldades, que transpôs todos os obstáculos, de um lutador que venceu. Não se envideceu, porém; ao contrário de outros, que lhe são inferiores, é discreto e, sobretudo, modesto. Conhece como poucos os homens e as coisas. As lições colhidas através de uma vida agitada pelo trabalho incessante dotaram-no de um equilibrado e raro senso prático. E', assim, inteligente e culto, sereno e ponderado.

As palavras de Teixeira de Aguiar teem, pois, um alto significado.

Necessidade urgente da construção de um Teatro

— Fomos recebidos na magnífica vivenda do Sabugal com ex-

tremada correcção e gentileza. Em rápidas palavras justificamos a nossa visita, expuzemos a razão de ser da entrevista. A nossa primeira pergunta foi esta:

— Entende V. Ex.^a que é necessidade urgente a construção de um teatro nesta cidade?

Resposta, fácil e pronta: Sem dúvida alguma. Guimarães, sob este ponto de vista, marca um lugar desgraçado. Está em situação de manifesta inferioridade perante terras cujas condições não podem comparar-se-lhe. O que aí temos com o pomposo nome de *Teatro* envergonha-nos. O D. Afonso Henriques está velho, impróprio, incómodo, absolutamente incapaz. O Gil Vicente, ainda pior, muito pior. Uma terra limpa não pode, não deve ter um teatro pôrco. Um teatro deve reflectir, de certa maneira, os hábitos dos seus frequentadores...

O pensamento de T. de Aguiar e a nossa campanha

— E' certo que, como nos afirmaram, V. Ex.^a já há tempos vem estudando este problema?

— «Estudar o problema» não digo, mas na verdade, nêle tenho pensado muitas vezes. Estive, como sabe, afastado de Guimarães cerca de 30 anos. Apesar disso, nunca a esqueci. Antes, à medida que dela me afastava e que os anos decorriam, maior sentia o meu amor por ela. E porque muito lhe quero, aqui fiz reconstruir esta casa, onde me proponho descansar de uma vida

de trabalho, agitada e acidentada. Falando do muito que ela precisa, várias vezes, em conversa com amigos, me referi à necessidade de se pensar a sério na construção de um teatro. Veio entretanto a campanha da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães. O seu jornal pugna vibrantemente pela ideia. Rejubelei. Havia quem, como eu, se dispuzesse a batalhar pelo sonho que acalentava...

Interrompemos o nosso entrevistado para lhe expôrmos qual a intenção da Sociedade de Defesa e Propaganda ao fazer reviver a iniciativa do teatro. Dissemos-lhe a tal respeito, em resumo, o mesmo que escrevemos no artigo que publicamos na primeira página dêste número. Achou óptima a nossa orientação, afirmando:

— Na realidade, esta iniciativa não pode ser obra dêste ou daquele, desta ou daquela instituição: — Tem de ser, há-de ser, obra de todos os vimaranenses, dos mais abastados aos mais humildes.

Dificuldades de ordem moral

— Outra pergunta nossa: — e as dificuldades de execução?

— Sei perfeitamente que são grandes, que são terríveis. Dificuldades de ordem económica e dificuldades de ordem moral. Comecêmos por estas. Consistem elas em que, infelizmente, ainda há entre nós, vestígios de agravos que veem de longe, dissenções, um sem número de coi-

sas tristes que nos afastam uns dos outros, que impedem que todos nos juntemos quando os interesses da nossa querida terra assim o exigem. E' preciso acabar, para honra de todos nós, com essas separações, com êsses dissídios. Muito bem diz o seu jornal quando grita: «Sejamos vimaranenses, saibamos ser vimaranenses»?... De resto, creio bem, creio-o firmemente, estas dificuldades não surgirão. Todos se hão-de unir para o bem comum, porque todos são, afinal, dedicados à Terra que lhes foi bêrço.

Dificuldades económicas. Três formas de vingar a iniciativa

— Quanto às dificuldades de ordem económica?...

— Antes de responder à sua pergunta, ou, melhor, para responder à sua pergunta, necessário será expôr-lhe quantas são, a meu vêr, as maneiras porque pode conseguir-se a construção do teatro.

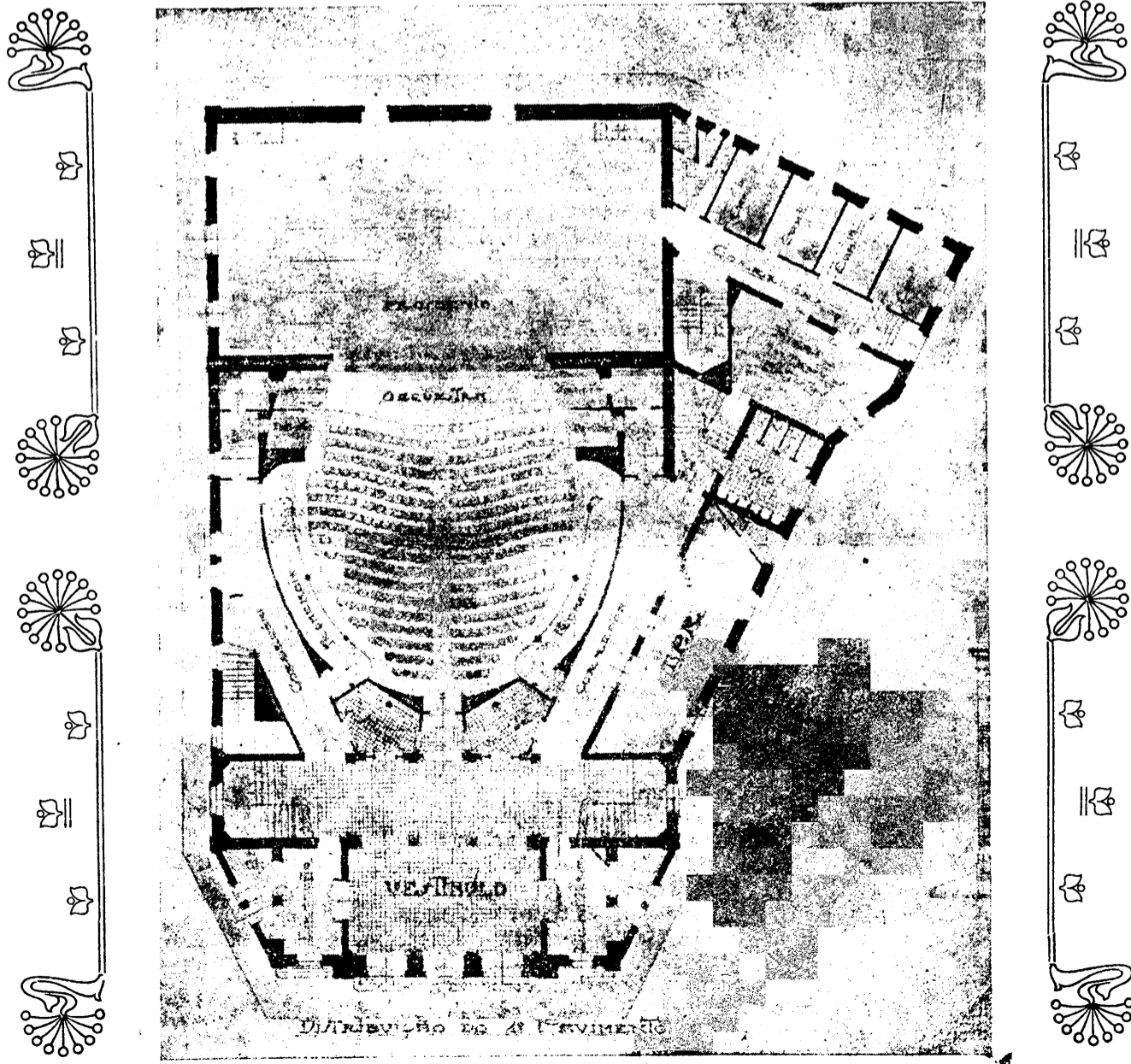
— Queira V. Ex.^a dizer-las...

— Pois bem. Vá tomando nota. Para construir um teatro em Guimarães, ou até, para adaptar-se o velho D. Afonso de maneira a que corresponda às exigências da época actual, podem adoptar-se, no meu entender, qualquer das três formas seguintes:

1.^a) Uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, por meio de acções de 100 escudos, em três prestações.

2.^a) Uma sociedade por quotas, constituída por 20, 30, 40 criaturas de recursos e capazes de se dispôrem a êsse grande sacrificio.

3.^a) Construção de um teatro municipal. A Câmara contraia para êsse efeito um empréstimo,



com o juro, por exemplo, de 6 por cento.

Qual a forma mais viável

— Qual destas formas entende V. Ex. que será a mais viável?

— A primeira, sem dúvida. A segunda exige um relativamente grande emprêgo de capital por parte dos sócios — e isso hoje é bastante se não muito difícil de conseguir. A terceira parece-me, especialmente nêstes tempos mais próximos, impraticável. A Câmara tem à sua frente problemas gravíssimos a resolver, como por exemplo, o do saneamento, e não quererá, naturalmente, tomar êste encargo.

— Porque disse V. Ex.^a que é a primeira a melhor forma?

— Porque é a menos gravosa. Qualquer pode subscrever. Ricos, remedeados, pobres, todos podem contribuir para a construção do Teatro. E isso sem grande esforço, até sem esforço algum.

Condições em que se realizaria a subscrição

— Como assim?...

— Muito simplesmente. Suponhamos, em hipótese, que para a construção do Teatro é necessário um capital de 800.000 escudos. Esse capital seria realizado, é claro, por acções. Portanto, 8.000 acções a 100 escudos cada. Acções nominativas e ao portador, em títulos de uma, cinco e dez. O pagamento seria feito, como já lhe disse, em treze prestações, sendo a primeira de 10% do capital subscrito. Melhor será, porém, exemplificar:

a) Um subscritor de 20.000\$00:	
1.ª prestação no acto de subscrever....	2.000\$00
Mais doze prestações em duodécimos mensais de 1.500\$00.....	18.000\$00
	20.000\$00
b) Um subscritor de 10.000\$00:	
Pagaria na 1.ª prestação	1.000\$00
Por cada uma das doze restantes mais 750\$00.....	9.000\$00
	10.000\$00

Seguindo o mesmo cálculo,

c) Um subscritor de 5.000\$00 pagaria na 1.ª prestação 500\$00 e por cada uma das outras doze mais 375\$00

d) Um subscritor de 1.000\$00 pagaria 100\$00 pela primeira vez e 75\$00 em cada um dos doze meses seguintes

e) Um subscritor de 500\$00 daria, somente, da primeira vez, 50\$00, e, por cada uma das outras, 37\$50

f) Por último, um subscritor de 100\$00, pagaria no acto de subscrever 10\$00 e, depois, 7\$50 por cada mês, até doze.

— Não há dúvida alguma de que por êsse processo todos, mas todos, podem contribuir. Estamos até certos de que será extraordinária a concorrência de subscritores populares. Mas... e as outras condições em que assentaria essa sociedade?

— Bem vê que não lhe estou falando em pormenores. Estou indicando, de uma maneira geral, como tudo se poderia arranjar. E' claro que as restantes condições seriam, além das impostas

por lei, aquelas que se achasse conveniente introduzir depois de aturado estudo feito por pessoas competentes. Assim, por exemplo, seriam considerados fundadores e outorgariam na escritura os subscritores de 50 acções para cima; o Conselho de Administração compor-se-ia de cinco membros, que elegeriam entre si o presidente, não tendo remuneração ou vantagem alguma, mas somente o direito de frequentarem e assistirem aos espectáculos do respectivo camarote da direcção, nas assembleias gerais só teriam direito de voto os accionistas que tivessem depositado, em seu nome, 50 acções, ao portador ou nominativas; os pequenos accionistas agrupar-se-iam, quando o desejassem, até perfazer a quantidade de acções acima indicadas, com o fim de se fazerem representar nas assembleias por um procurador, que terá de ser também accionista. Mas, como já lhe disse, trata-se de questões de pormenor, a estudar por quem de direito. O que é certo, como acaba de ver, é que as dificuldades económicas não são tantas, nem tão grandes como à primeira vista parece. Creio ter-lhe respondido cabalmente à pergunta que há pouco me fez...

O auxilio oficial. A Câmara

— Efectivamente o pensamento de V. Ex.^a é bem claro. Há de perdoar, porém, que lhe façamos nova pergunta: — tudo se poderá arranjar somente com a contribuição particular?

— Evidentemente que não. Qualquer das formas por que se chegue à efectivação d'êste velho sonho que é a construção do Teatro, presuppõe a ajuda, o auxilio das instâncias officiaes, especialmente, muito especialmente, da Câmara Municipal. Esta não pode, de maneira alguma, desinteressar-se de tão grandiosa obra. Tem estricta obrigação de colaborar nela. Pode prestar serviços valiosíssimos, concedendo indispensáveis facilidades. Mas por êste lado estou tranquillo: — o Municipio saberá cumprir com galhardia o seu dever.

Os vimaranenses saberão cumprir o seu dever. Confiança na vitória.

— Mas, voltando ao aspecto económico da questão, crê V. Ex.^a que os subscritores accorrerão?

— Quanto a isso, não tenho dúvida alguma. Conheço bem os homens abastados da minha terra. São bairristas, patriotas, dedicadíssimos, empreendedores. Confio neles em absoluto. Nenhum deles desmentirá as tradições brilhantes da finança vimaranense. Quanto aos remediados e, até, aos pobres, já vimos como elles podem também, sem esforço, contribuir para o notável empreendimento. Trata-se de uma pequena colocação de capital que terá a sua remuneração. Não, meu amigo, não tenha receios. Os filhos de Guimarães vão mostrar o que podem e o que valem. Vão dar aos vindouros um admirável exemplo de amor pelo torrão natal! E, note bem, quando falo dos vimaranenses refiro-me não só aos que aqui existem, mas também aqueles que estão longe, afastados de nós, que andam labutando por outras terras do continente, pela Africa e pelo Brazil. Esta ideia tem de ser levada a

tôda a parte onde se encontre um filho de Guimarães

... Era tempo de acabar a entrevista. Já estavam abusando, e muito. E novamente, repisando, a pergunta: — Confia então na vitória?

— Absolutamente!

Teixeira de Aguiar não é daqueles que costumam deixar-se seduzir por utopias, por fantasias, por sonhos irrealisáveis. Conhece a vida e as suas dificuldades. Conhece os homens e os seus defeitos. Conhece o meio e as suas possibilidades.

Como êle, também nós confiamos.

Pelos que sofrem!

«A tuberculose está a arrancar-nos 25.000 vidas por ano, uma vida por cada quarto de hora que passa!!!»

Dório, entra na campanha generosa, na grande obra de profilaxia social do combate à tuberculose. E diz esta fundamental e crua verdade:

«... nos sectores operários, principalmente, o mal é antigo e alastra actualmente de modo assustador.»

A propósito:

Ao discutir-se uma proposta na Junta Geral do Distrito destinada a criar Dispensários anti-tuberculosos, eu tive oportunidade de fazer as seguintes considerações:

«Li o relatório-médico que fundamenta a proposta da criação de Dispensários anti-tuberculosos no distrito.

Termina êste relatório por indicar que, para já, se contrate com a mesa do Hospital de S. Marcos a criação de duas enfermarias privativas, mantendo ali um corpo de enfermagem especializado.»

Não diz a proposta relativa à criação dos Dispensários, como deve ser feito esse contrato com o Hospital de S. M. Com menos razão podia esclarecer êste detalhe administrativo o relatório-médico. Ficamos apenas sabendo que se vota no actual orçamento uma verba de 50 mil escudos para crear Dispensários anti-tuberculosos, sendo o primeiro junto do Hospital de S. Marcos.

Com esta feição de «contrato» e dadas as profundas raizes do mal, é lógico concluir: — Que nos futuros orçamentos e sob a rubrica «Dispensário anti-tuberculoso no Hospital de S. Marcos», surgirá mais uma importante verba, com feição mais ou menos «obrigatória».

Promete (melhor direi) preconisa o referido relatório-médico a criação de outros dispensários da mesma índole, naqueles concelhos do Distrito onde se justifiquem. E' certo. Entretanto, captivas como por êste modo vão ficando tôdas as receitas e alargada até ao máximo, como está, a taxa tributária, devem os concelhos perder a esperança de terem Dispensários Anti-tuberculosos, pagos pela Junta Geral.

Corresponde o Dispensário que vai instalar-se no Hospital de Braga, à assistência distrital, como conviria para combater o terrível flagelo do bacilo de Kok?

De modo algum. O próprio relatório médico que justifica a proposta do Dispensário, não nos dá sequer essa illusão.

Portanto: — Qual dos concelhos do distrito seria, o mais aconselhado, para a instalação d'êste Dispensário?

Certamente aquele onde mais existam as causas predisponentes para o alastramento do mal.

Não tenho números de estatística para um indicador seguro. Sei apenas que onde exista uma população fabril intensa, mórmente da indústria textil, af existe um predisposto alfobre para nele medrar a tuberculose. A atmosfera impregnada dos residuos do algodão e as deficiências higienicas das fábricas; o recrutamento do pessoal infantil e feminino; o abandono obrigado dos filhos lacteos à «senhora vizinha»; os abusos de horário e de salário a que sujeitam esta massa obreira; o promiscuo ha-

bitáculo onde medra a miséria física e moral; finalmente, a sua parca alimentação de caldo e borôa, tudo são factores para que no seu seio a tísica faça prodígios de desvastação. Seria, pois, o meio industrial de Guimarães, o indicado para nêle se instalar o Dispensário.

... A verba votada no orçamento da J. G. do D. de Braga e destinada ao combate à tuberculose, é de cinqüenta mil escudos.

Pugnarei porque... do lobo nos toque um pêlo.

A. L. de Carvalho.

Pela infância pobre e doente

Numa das primeiras sessões da Junta Geral do Distrito, o nosso colaborador sr. A. L. de Carvalho, delegado do concelho naquele organismo administrativo, requereu uma nota do número de crianças inscritas nos Asilos de Braga, como pensionistas da Junta, e a que concelhos pertenciam.

Dessa nota, pôde verificar que o número de crianças inscritas com a categoria de pensionistas, era de 100, pertencendo 60 ao concelho de Braga e as restantes aos outros 12 concelhos do distrito.

Do concelho de Guimarães, estavam — 6.

A propósito, fez o nosso representante largas e judiciosas considerações, das quais resultou: a entrada de 5 crianças nas Oficinas de S. José, desta cidade, as quais se consideram pensionistas da Junta Geral, desde o dia 1 do corrente mês.

Nestas circunstâncias, não só as camas como o enxoval destinado a estas crianças, ficarão sob encargo do mesmo corpo administrativo.

O nosso delegado do concelho promove a entrada de mais cinco crianças, nas mesmas condições, no Asilo de Santa Estefânia.

Com os mesmos fundamentos, conseguiu a admissão de 3 crianças doentes, para tratamento no Sanatório Marítimo de Gelfa.

*

Consta-nos que o activo delegado à Junta vai conferenciar em uma reunião conjunta com a Provedoria da Santa Casa e o corpo clínico do Hospital da Misericórdia, no sentido de se habilitar com elementos para prosseguir na sua acção administrativa no organismo de que faz parte.

Divórcio litigioso

Faz-se público que por sentença d'êste juízo de 19 do corrente mês, transitada em julgado, foi decretado o divórcio definitivo dos cônjuges Manuel Albino Soares de Freitas e Maria Rosa de Oliveira, do lugar da Boa-Vista, freguesia de Gondomar, desta comarca.

Guimarães, 28 de Junho de 1930.

O Escrivão do 5.º Offício,

José Maria Baptista Ribeiro.

Verifiquei a exactidão:

O Juiz de Direi.o,

Raúl Alves da Cunha.